vimento econômico, ensino superior.

RESUMO

The present scientific article was developed during the course of specialization in Teaching Profession and Education taught at the Faculdade de Educação Paulistana and is based on the teachings obtained in the subjects of Educational Law in conjunction with the Teaching in Higher Education classes in which the following question about how the improvement of the education level of citizens could influence the struggle against social inequality and what programs were adopted in other countries that could justify not only the reduction of social inequality through incentives in the educational area and, above all in higher education, but also its reflection on the economic development of nations. In parallel, we analyzed Brazilian experience and policies and incentives adopted internally, which do not translate into the same goals to be achieved by developed countries. It is expected, with the present article, to stimulate a reflection on the directions of Education and Higher Education in the Brazil.

Palavras-chave: education, economic development, higher education.

INTRODUÇÃO

Conforme preleciona o artigo 205 da Constituição Federal, a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Contudo, até que medida o Estado vem cumprindo com seu dever e quanto isso vem refletindo na qualificação do indivíduo para o trabalho e seu pleno desenvolvimento? Além disso, como uma educação universal, garantida por nossa Carta Magna pode se refletir no combate à desigualdade social?

Analisando a questão do ponto de vista da ciência da Economia, busca-se explicar como o investimento das nações desenvolvidas no ensino superior colabora, ou não, na redução das desigualdades sociais de suas populações. A partir deste ponto, observa-se em paralelo quais foram as mais recentes mudanças observadas na área do ensino superior do Brasil.

Obviamente, o presente artigo científico não esgotará a matéria, tampouco trará uma resposta exata para tais questionamentos, que se encontram em constantes mudanças de paradigmas políticos e cercados de insegurança sobre o futuro. Mas, ao menos, buscará estimular a reflexão sobre o tema proposto e trará modelos e experiências vividas recentemente na sociedade. Tais experiências poderiam contribuir para, através de políticas voltadas ao ensino superior, e com uma maior qualificação subjetiva, levar a maior eficiência em capital humano, de forma que se proteja a equidade de oportunidade, a elevação dos níveis de bem estar da coletividade e, consequentemente, a redução da desigualdades sociais.

A educação em nossa Constituição

A partir do artigo 205, que inaugura a Seção I, do Capítulo III da Constituição Federal, que versa exclusivamente sobre a educação, esta se define como um direito de todos e dever do Estado e da família, que e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Para MELLO , o conceito de educação:

"é mais compreensivo e abrangente que o da mera instrução. A educação objetiva propiciar a formação necessária ao desenvolvimento das aptidões, das potencialidades e da personalidade do educando. O processo educacional tem por meta: (a) qualificar o educando para o trabalho; e (b) prepará-lo para o exercício consciente da cidadania. O acesso à educação é uma das formas de realização concreta do ideal democrático".

Neste sentido, observamos que o constituinte de 1988 deu elevada importância ao ensino, como garantia de oportunidades e crescimento individual e coletivo.

A Constituição outorgada do Império, de 1824 , ou mesmo a Constituição de 1891 , parecem ter indicado a educação apenas instrução por meio da ação docente e não como instrumento de comunicação em favor da cidadania e da produção.

Desde a Constituição promulgada em 1934 , a educação passou a ser vista como um processo de socialização e aprendizagem encaminhada ao desenvolvimento intelectual, profissional e ético do indivíduo.

Assim, observamos que o Ensino deve ser tratado como uma das prioridades da República. Pois, sem ela, não apenas o indivíduo perde oportunidades, mas própria nação se estagna, todo o capital humano empregado na economia perde eficiência, como passamos a demonstrar no tópico a seguir.

A educação e a Economia

Segundo a doutrina, os empregadores estão dispostos a pagar um prêmio por trabalhadores que tenham alcançado um diploma de nível superior. Além disso, o valor desse prêmio aumentou significativamente ao longo das últimas décadas. Nos Estados

Unidos, por volta de 1973, trabalhadores com nível de graduação mais elevado ganhavam apenas 76% a mais do que aqueles que só tinham ensino médio. Até 2011, o prêmio por ter um diploma de nível de pós-graduação subiu mais que 225% .

Esse aumento de salários não foi decidida por alguém. Salários são preços, preços de diferentes tipos de trabalho; e, como outros preços, são decididos pela oferta e demanda. Especificamente, salário é o preço de um fator de produção, assim como trabalho, terra e capital. O "mercado de fatores" desempenha um fator crucial na economia, alocando os recursos produtivos aos produtores e contribuindo para garantir que esses recursos sejam usados de forma eficiente.

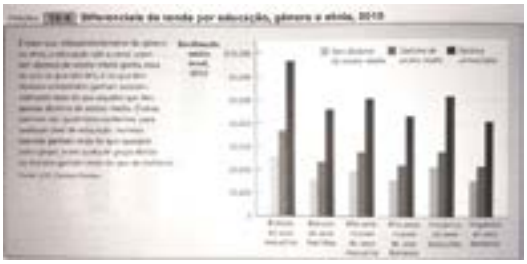
Diferente dos insumos, fatores representam uma fonte permanente de renda. Em outras palavras, insumos como eletricidade e matéria prima são consumidos e acabam no processo de produção e, uma vez esgotados, não podem ser uma fonte de renda futura para a empresa; diferente dos trabalhadores e máquinas de uma indústria.

Um empregado obtém renda a partir da venda de seu trabalho. Assim, os preços dos fatores de produção têm um impacto importante sobre a forma como o "bolo" econômico é fatiado entre os diferentes grupos. Podemos classificar esses grupos em salários e honorários; capitais fixos, como ações e quotas de empresas; locação de imóveis etc. Por isso, um salário mais alto pode significar que uma proporção maior da renda total na economia vai para as pessoas que derivam sua renda do trabalho e menos para os que derivam sua renda do capital ou da terra. Esta forma como o "bolo" econômico é fatiado denomina-se "distribuição de renda".

Para definição de quantos trabalhadores serão empregados, além do grau de instrução necessário, em determinada empresa, aplica-se o conceito da "produtividade marginal", na qual todas as decisões econômicas tratam de comparar os custos marginais e benefícios marginais. Assim, numa concorrência perfeita, o aumento da produção ao empregar mais um trabalhador, depende do número de trabalhadores empregados, Desta forma, uma produtor que maximiza o lucro contrata trabalho até o ponto em que o valor do produto marginal do trabalho é igual ao salário.

Mas como ocorrem as diferenças salariais? a Economia define diversos fatores que influenciam nas desigualdades salariais, desde diferenciais de compensação (empregos mais penosos, insalubres ou perigosos demandariam de uma compensação), diferença de talento (pessoas mais habilidosas seriam mais produtivas e ganhariam maiores salários, a exemplo de jogadores de futebol), discriminação (como veremos em gráfico a seguir, diferenças raciais e de gênero compõem um vício vergonhoso e brutal da humanidade na economia) e diferenças de capital humano, esta última pela qual delimitaremos este artigo.

Como ensina KRUGMAN , Capital humano (educação e treinamento) é tão importante na economia moderna como o capital físico na forma de edifícios e equipamentos. Pessoas diferentes "incorporam" quantidades bem diferentes de capital humano, e uma pessoa com quantidade maior de capital humano normalmente gera um valor de produto marginal mais alto ao produzir um produto que consegue um preço mais elevado. Assim, diferenças de capital humano respondem por diferenças substanciais de salários, como podemos observar do quadro abaixo extraído de sua obra:



Como foi exposto, a educação, enquanto investimento em capital humano, é, pelo menos, tão importante quanto o investimento em capital físico para o sucesso econômico a longo prazo de um país. MANKIW analisa que, nos Estados Unidos, cada ano de ensino aumenta os salários em cerca de 10%, em média. Nos países em desenvolvimento, onde o capital humano é particularmente escasso, o hiato entre os salários dos trabalhadores qualificados e não-qualificados é ainda maior. Portanto, uma das maneiras pelas quais a política do governo pode melhorar o padrão de vida é proporcionando um bom ensino e o incentivo a seu uso pela população.

O problema do custo de oportunidade da educação

Percebe-se que quanto mais estudo, maior a expectativa de aumentos salariais da população. No entanto, podemos mencionar um problema que pode influenciar numa expressiva piora do crescimento do "bolo" econômico.

O investimento em capital humano, como investimento em capital físico, tem um custo de oportunidade. Enquanto os estudantes frequentam as aulas, eles estão abrindo mão dos salários que poderiam ganhar. Nos países em desenvolvimento, ainda temos crianças em jovens que costumas abandonar a escola antes de concluírem o ensino médio ou o fundamental, mesmo quando o benefício do maior estudo é muito alto, simplesmente porque seus salários são necessários para a manutenção da família. Assim, a evazão escolar causa sérios prejuízos a eco-

nomia de uma nação.

Da mobilidade social e a educação em países estrangeiros

A mobilidade social consiste na possibilidade das pessoas terem acesso à formação, qualquer que seja sua origem social. Mas em que medidas as nações realmente alcançam tais objetivos?

Segundo PIKETTY , de acordo com os dados disponíveis, a resposta parece ser negativa: a correlação intergeracional entre diplomas e rendas do trabalho, que mede a reprodução das hierarquias no tempo, não parece manifestar uma tendência de baixa no longo prazo e parece até mesmo manifestar uma tendência de aumento mais recente. Faz-se necessário, porém, ressaltar que é muito mais difícil medir a mobilidade entre gerações do que a desigualdade num determinado ponto no tempo e que as fontes disponíveis para estimar a evolução histórica da mobilidade são muito imperfeitas. O resultado mais claro nesse campo de pesquisa é o fato de que a reprodução intergeracional é mais baixa nos países nórdicos e mais elevada nos Estados Unidos (com um coeficiente de correlação duas ou três vezes mais alto dos estadunidenses do que na Suécia). A França, a Alemanha e o Reino Unido parecem estar numa situação intermediária, com menos mobilidade do que nos países do norte da Europa, porém com mais do que nos Estados Unidos.

Esses resultados contrastam com a crença da "excepcionalidade americana" que há muito tempo impregnou a sociologia do país e segundo a qual os Estados Unidos se caracterizam por uma mobilidade social excepcionalmente forte em comparação as sociedades de classe da Europa. Sem dúvida, a sociedade dos colonizadores americanos tinha mais mobilidade no início do século XIX. Também vimos que a herança era historicamente menor nos Estados Unidos e que a concentração patrimonial foi por muito tempo mais baixa do que na Europa, ao menos até a Primeira Guerra Mundial. Mas no século XX, e no início do século XXI, todos os dados disponíveis sugerem que a mobilidade social é, no final das contas, menor nos Estados Unidos do que na Europa.

Esses dados podem ser explicados, segundo PIKETTY, em parte pelo fato de que nos Estados Unidos o acesso ao ensino superior, ou pelo menos às universidades mais elitistas, demanda o pagamento de matrículas nas universidades americanas ao longo dos anos 1990-2010, progressão que, aliás, seguiu bem de perto as rendas americanas mais elevadas, tudo leva a crer que os indicadores de reprodução intergeracional observados lá, vão se agravar ainda mais para as próximas gerações. Em especial, as pesquisas recentes mostram que a proporção de diplomas estagnou em torno de 10-20% entre os filhos cujos pais pertencem aos dois quartos mais pobres da hierarquia das rendas, enquanto entre 1970 e 2010 ela havia passado de 40% para 80% para os filhos do quarto mais elevado (os 25% mais ricos). Em outras palavras, a renda dos pais tornou-se um indicador quase perfeito do acesso à universidade.

Essa desigualdade de acesso ao ensino superior parece se repetir no topo da hierarquia econômica, não só devido aos altíssimos custos de matrícula para as universidades privadas de maior prestígio, mas também porque as decisões de admissão dependem claramente da capacidade financeira dos pais de fazer doações às universidades. Um estudo revelou que as doações feitas pelos antigos alunos a suas universidades eram concentradas curiosamente no período em que seus filhos estavam na idade de tentar o acesso às instituições.

Ao confrontar as diferentes fontes disponíveis, podemos, podemos estimar que a renda média dos pais dos alunos de Harvard hoje é da ordem de US$450.000,00, ou seja, próximo à renda média dos 2% mais ricos dos lares americanos. Isso parece pouco compatível com a ideia de um seleção baseada apenas no mérito. O contraste entre o discurso meritocrático oficial e a realidade parece, aqui, particularmente acentuado. É necessário também destacar a ausência completa de transparência nos procedimentos de seleção.

PIKETTY afirma que seria errado, porém, imaginar que a desigualdade de acesso ao ensino superior existe apenas nos Estados Unidos. Trata-se de uma das questões mais importantes que o Estado Social deve enfrentar no século XXI. Não houve um único país que tivesse conseguido dar uma resposta de fato satisfatória a essa questão. As matrículas universitárias têm, certamente, um valor muito menor na Europa Continental: as matrículas, em geral, têm valor baixo (menos de €500,00). Ainda que existam exceções, há hoje uma diferença marcante em relação aos Estados Unidos: na Europa continental, considera-se em geral que as matrículas, se existirem, devem ser baixas e que o acesso ao ensino superior deve ser gratuito, ou quase, assim como a educação primária ou secundária. No Quebec, a decisão de aumentar gradualmente o valor das matrículas de cerca de US$2.000,00 para quase US$4.000,00 foi interpretada como uma intenção de se aproximar do sistema desigual norteamericano e levou à greve dos estudantes no inverno de 2012 e, por fim, à queda do governo e à anulação da medida.

O ensino superior no Brasil

Em relação ao aumento do prêmio concedido a trabalhadores melhor qualificados no Brasil, PECORA e MENEZES-FILHO9 realizaram estudo que concluiu que:

"para o período considerado de 1992 a 2009 no mercado de trabalho brasileiro, verificamos dois resultados distintos. Inicialmente, para o período de 1992 a 19999, e considerando conjuntamente trabalhadores de todas as idades, os efeitos da oferta sobre o prêmio por qualificação não foram grandes o suficiente para compensar os efeitos de demanda. O resultado disso é que para o prêmio por qualificação

9 PECORA, Alexandre Reggi e MENEZES-FILHO, Naercio, O papel da oferta e demanda por qualificação na evolução do diferencial de salários por nível educacional no Brasil. Revista de Estudos Econômicos, vol. 44, n. 2, abr-jun 2014 São Paulo: Economia FEA-USP. p.205-240

aumentou nesse período em 7,8%. Já para o período de 2001 a 2009, o grande aumento da oferta relativa do trabalho de maior qualificação impulsionou uma pequena queda de 0,2% no prêmio por qualificação. Quando analisamos a evolução do prêmio especificamente para cada grupo de idade, vemos que esse padrão de elevação do prêmio seguido de queda persiste para a maioria dos grupos. Entretanto, para os grupos de idade mais velhos (46 a 55 anos) observamos que, grosso modo, o prêmio para o período de 2002 a 2009 mantém a tendência de crescimento ao longo de todo o período considerado. Esse último fato indica que trabalhadores qualificados e de maior idade tiveram uma valorização no mercado de trabalho brasileiro no período de 1992 a 2009."

Como visto, no Brasil se aponta até mesmo uma redução no prêmio dos mais qualificados nos últimos anos. O estudo não apontou quais poderiam ser os motivos para esta redução. Salienta-se que houveram neste período profundas mudanças tecnológicas e do mercado de trabalho no país. Também se destacou uma crescente oferta de universidades particulares, do que se pode deduzir a partir de nossos estudos dos capítulos anteriores que o aumento de oferta empregos não necessariamente acompanharia um aumento de trabalhadores qualificados que se matricularam e se formaram em tais universidades.

A Explosão do EAD

Com o advento do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, regulamentou a Educação a Distância (EaD) no país. De fato, houve uma flexibilização que beneficiou as Instituições de Ensino Superior que, após credenciamento, poderiam criar pólos de ensino a distância por todos os lugares. Evidente, o custo de se manter poucas salas, sem a estrutura de um Campus Universitário e compartilhando simultaneamente a mesma aula em diversas salas espalhadas pelo Brasil e até mesmo online, sem qualquer gasto além de um pequeno estúdio de gravação, reduziram absurdamente os gastos das Instituições de ensino. Além disso, proporcionou, inclusive, a possibilidade de venda de pólos de ensino no sistema de franquias, transformando os custos que se teriam para estruturar o ponto comercial em lucro com taxas de franquia, propaganda e royalties. As instituições de ensino se transformaram em franchising e alunos em clientes.

Da mesma forma que a regulação fora aclamada pelo setor privado mercantil, foi criticada por especialistas em Educação. Daniel Cara, coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, diz que o decreto é um subterfúgio para o governo federal cumprir o que deveria, mas não consegue: garantir matrículas de qualidade. "O governo se ausenta de garantir o direito à educação e oferece janela para privatizações, oferecendo educação de maneira precária e descompromissada".

Para Ocimar Alavarse, da Faculdade de Educação da USP, a modalidade é um recurso importante para algumas situações educativas, mas possui também problemas intrínsecos: baixas taxas de engajamento por parte dos estudantes. "A Educação a Distância exige um comprometimento muito grande do estudante. Não é à toa que a modalidade tem a maior taxa de evasão", diz. Nas instituições privadas, o índice é 35,2% contra 27,9% nos cursos presenciais. "Em um país como o Brasil, onde temos uma taxa muito baixa de acesso ao ensino superior, há essa propensão em baratear. No entanto, isso dá abertura e intensifica as privatizações. A verdade é que o decreto é uma tentativa de contornar a atual retração econômica com precarização" .

Como observado, há uma tendência de maior precarização do ensino superior, muito embora tais medidas tenham se convertido em mobilidade social.

Relacionando a educação no Brasil à redução das desigualdades sociais

Após a análise do panorama educacional no Brasil e no mundo e suas implicações com a majoração o prêmio decorrente da maior qualificação individual e investimentos em capital humano, passamos a analisar se a escalada nacional rumo ao ensino superior contribui com a redução da desigualdade social.

O argumento geralmente utilizado para analisar a relação entre educação e distribuição de renda é bastante simples: os diferenciais de salários por educação no mercado de trabalho são resultado de uma "corrida" entre educação e tecnologia. A ideia é que, enquanto a educação aumenta a proporção de pessoas com habilidades para o mercado de trabalho, a tecnologia também pode elevar a procura por essas habilidades .

Assim, como observado anteriormen-

te, se a proporção de pessoas com mais educação aumenta a uma taxa superior ao crescimento da procura por essas pessoas, o diferencial de salário entre esses grupos deve diminuir, e vice-versa.

No Brasil, a desigualdade caiu entre 2001 e 2010. O índice de Gini passou de 0,57 para 0,51. Isso ocorreu depois de décadas em que a desigualdade de renda aumentava ou permanecia inalterada. Parte dessa queda da desigualdade pode ser associada ao aumento educacional da população brasileira e também às elevações no valor do salário mínimo.

Quanto à educação, os dados mostram que, na população economicamente ativa (PEA), a parcela com ensino primário incompleto (menos de três anos de estudo) passou de 75% em 1960 para cerca de 26% em 2010. Esse avanço foi significativo, apesar do ponto de partida em 1960 ser extremamente elevado em comparação com outros países com mesmo nível de desenvolvimento. Em contrapartida, a parcela da população com ginásio incompleto aumentou aceleradamente entre 1960 e 1980, estabilizou-se de 1980 a 1990 e declinou a partir de então, quando a maioria dos jovens avançou até o ensino fundamental completo.

A parcela da população com ensino fundamental completo cresceu até 2000, estabilizando-se a partir de então, quando a maior parte dos jovens brasileiros começou a permanecer na escola até o ensino médio. E a parcela de jovens com ensino médio completo apresentou um pequeno crescimento na década de 1960, cresceu um pouco mais rapidamente entre 1970 e 1990 e acelerou fortemente a partir de 2000, tornando-se majoritária na população. Por fim, a parcela com ensino superior completo cresceu lentamente entre 1960 e 2000, acelerando somente na primeira década do século XXI.

Vários fatores ajudam a explicar o aumento da escolaridade observado, tais como:

transição demográfica acelerada por causa da redução da taxa de fertilidade entre 1960 e 1991; descentralização da gestão e recursos educacionais trazidos pela Constituição de 1988; o FUNDEF, estabelecido em 1998, que transferiu recursos de municípios ricos com poucos alunos para municípios pobres com muitos alunos; programas de transferência de renda (Bolsa Escola e Bolsa Família), que condicionam a entrega dos recursos à permanência dos alunos na escola; e os programas de progressão continuada (não repetência), introduzidos ao longo da década de 1990.

Consideradas em conjunto, essas tendências mostram um deslocamento da população dos estratos inferiores de educação para estratos superiores e refletiram-se no comportamento do diferencial de salários, pois, da mesma forma que outros bens da economia, quando a oferta de educação é maior do que a demanda, o preço cai. Assim, a renda do grupo com primário completo (em relação ao com primário incompleto) vem declinando: passou de 70% em 1980 para apenas 12% em 2010. Já o diferencial em favor do grupo com ginásio completo era de 33% em 1980 e declinou para 17% em 2010.

Parece claro que essa diminuição da desigualdade no mercado de trabalho deriva em parte do aumento da educação ao longo do tempo. Além disso, os aumentos do salário mínimo, que cresceu 70% em termos reais entre 2000 e 2010, contribuíram bastante para a redução da desigualdade de renda.

Por fim, a relação entre a renda do estrato com ensino superior completo e o com ensino médio completo sempre foi a mais elevada entre todos os diferenciais, refletindo o fato de que a pequena proporção de pessoas que tinha ensino superior (elite) ganhava salários muito maiores do que os demais grupos, o que contribuía fortemente para o aumento da desigualdade. Esse diferencial diminuiu um pouco entre 1980 e 1990, mas cresceu aceleradamente a partir de então, o que atenuou os efeitos da educação sobre a desigualdade. Esse aumento do diferencial de salários no período recente significa que a demanda relativa por esse grupo está se ampliando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos observar, ainda que superficialmente diante das constantes alterações na economia e na política de ensino, é possível relacionar a redução das desigualdades sociais e, principalmente, o aumento do salário - prêmio - proporcionalmente à quantidade de anos de instrução do indivíduo.

Assim, concluímos, também, que políticas de mobilidade social com redução dos custos com Educação, sem mitigação de sua qualidade, pode proporcionar um aumento efetivo de produção e desenvolvimento econômico, com capital humano mais preparado e mais bem remunerado, com possível redução das desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

ANTIKAINEN, Ari, A Reestruturação do Modelo Nórdico de Educação. Revista

Lusófona de Educação, 2008,11, 31-48, Tradução e revisão científica do original em Inglês de Madalena Mendes, com a colaboração de António Teodoro. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/pdf/rle/n11/n11a03.pdf Acesso em 1º de setembro de 2018.

GRABOWSKI, Gabriel, Novo Decreto de EaD: flexibilização irresponsável. Junho de 2017. Disponível em: https://www.extraclasse.org.br/exclusivoweb/2017/06/novo-decreto-de-ead-flexibilizacao-irresponsavel/ Acesso

em 1º de setembro de 2018.

MANKIW, N. Gregory, Introdução à economia: princípios de micro e macro economia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001, tradução Maria José Cyhlar Monteiro.

MELLO FILHO, José Celso de, Constituição Federal anotada. 2ª. edição. São Paulo: Saraiva, 1986.

MENEZES-FILHO, Naercio e KIRSCHBAUM, Charles, Educação e Desigualdade no Brasil. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/publicacoes/cada-vez-mais-desigual/educacao-e-desigualdade-no-brasil Acesso em 1º de setembro de 2018

MORAES, Alexandre de, Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

OCDE. PISA 2015. Disponível em: https://www.keepeek.com//Digital-AssetManagement/oecd/education/pisa-2015-results-volume-i_9789264266490-en#page360 .

Acesso em 1º de setembro de 2018

O Globo. Dinamarca se destaca por segunda menor desigualdade social na OCDE. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/dinamarca-se-destaca-porsegunda-menor-desigualdade-social-na-ocde-12995574. Acesso em 1º de setembro de 2018.

PECORA, Alexandre Reggi e MENEZES-FILHO, Naercio, O papel da oferta e demanda por qualificação na evolução do diferencial de salários por nível educacional no Brasil. Revista de Estudos Econômicos, vol. 44, n. 2, abr-jun 2014 São Paulo: Economia FEA-USP. p.205-240.

PNUD. Relatório sobre Desenvolvimento Humano 2016. Disponível em: http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-2016-humandevelopment-report-2017.pdf . Acesso em 1º de setembro de 2018.

WELLS, Robin e KRUGMAN, Paul, Microeconomia. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015, tradução de Regina Célia Simille de Macedo.

AS ARTES DESDE A EDUCAÇÃO INFANTIL

HUGO FERNANDO JARDIM MUNIZ DE SOUZA DA SILVA

RESUMO

Esse artigo pretende abordar reflexões acerca da Arte e sua importância desde a Educação Infantil. A Arte está presente a todo momento, desde a Educação Infantil, por meio de músicas, danças, pinturas, desenhos, teatros e até mesmo na contação de histórias, na qual o professor é o coadjuvante e ao contar histórias leva para as crianças o mundo da imaginação e com ele a Arte. Ainda é comum que professores desenvolvam atividades de Artes com sucatas em geral, disponibilizem revistas para recorte, colagem e rasgaduras, acreditando que a Arte seja somente isso. O papel do professor mediador deve ser de organizar o ambiente, promover situações problema, propostas e provocações estabelecendo correlação com a faixa etária das crianças. Ao se trabalhar com a Arte o professor estará abraçando o mundo com o corpo todo. Para que isso seja cabível, é necessário dar o direito da criança se expressar do jeito dela, com a estética que lhe é peculiar e de todas as formas possíveis. Quanto mais elementos artísticos o educador apresentar para as crianças, mais rica será a linguagem e a expressividade delas. Dançar, pintar, cantar e dramatizar, dentre outras formas de expressão humana, são linguagens artísticas.

Palavras Chave: Ambiente; Artes; Situações.

INTRODUÇÃO

O funcionamento da sociedade moderna se foca na inteligibilidade, na esfera racional de resolução de problemas e situações. Dessa forma, nos fragmenta e relega a um segundo plano tudo que é sentimento. "Assim, a dança, a festa, o ritual, são afastados do nosso cotidiano, que vai sendo preenchido apenas com o trabalho utilitário, não criativo, alienante" (DUARTE JR., 1985, p. 64).

Ao compreender a educação como algo lúdico e estético, permite-se aos nossos educandos um maior contato consigo mesmos. Permite-se que desenvolvam e eduquem seus sentimentos, ao invés de, simplesmente, contê-los.

De acordo com Barbosa (1975, p. 31): "A arte não tem importância para o homem somente como instrumento para desenvolver sua criatividade, sua percepção, etc.; mas tem importância em si mesma, como assunto, como objeto de estudos".

Tratada anteriormente como mera experiência de sensibilização e conhecimento genérico, a disciplina de Arte atualmente objetiva promover o desenvolvimento cultural e estético dos alunos, por meio de práticas de produção e apreciação artísticas, fundamentais à formação e ao desempenho social.

De acordo com Albers (2012, p. 32), o ensino de Artes deve abranger três aspectos fundamentais:

- Apreciação estética – percepção, análise e reflexão sobre as imagens de arte e o universo visual que elas oferecem;

- Produção artístico-cultural – observa-

ção e compreensão de elementos que compõem as imagens e articulação com valores sociais e culturais dos contextos históricos locais e universais.

- Fazer artístico – produção de trabalhos de arte explorando materiais, elementos da linguagem visual e corporal e o potencial criativo do aluno.

Para a autora, as atividades de artes devem favorecer o desenvolvimento de projetos interligados às diferentes áreas do conhecimento.

A Arte contribui de forma significativa para o desenvolvimento integral do indivíduo.

Durante o processo de conhecimento das Artes são envolvidos, além da inteligência e do raciocínio, o afetivo e o emocional, que estão presentes além da vida escolar.

Por meio das Artes, a criança expressa suas emoções, seus sentimentos e interage com as pessoas e o ambiente, contribuindo para o desenvolvimento integral do ser humano, em sua vida além da escola.

A sociedade tem o costume de ver a arte como uma maneira de diversão considerando como um lazer. Há a necessidade de se incorporar, na educação das crianças maneiras de expressões diversas, criação, invenção, que é justamente o que se constrói com a arte, estimula as crianças a pensarem e se expressarem de maneira livre, fazendo parte das múltiplas linguagens.

O ponto de partida para o trabalho com as múltiplas linguagens é a formação dos educadores para que invistam na contação de histórias. Importante que favoreçam espaços que invistam ainda no movimento, no trabalho corporal e no brincar como caminhos vitais de aprendizagem para as crianças, além da percepção de que arte, literatura e música possibilitam a construção de conhecimentos ricos e culturalmente significativos. Cabe ao educador organizar o espaço disponível, propor desafios e replanejar continuamente o processo. Assim agindo, com certeza estará possibilitando aos seus alunos o desenvolvimento de um saudável sentimento de coragem e fortalecimento para construir seus projetos de vida, com capacidade para ressignificar o seu meio e lutar para mostrar as pessoas as suas realizações não se deixando intimidar. (PLETSCH, 2004, p. 3)

A criança é um ser curioso e apto a explorar sempre. Neste sentido, no contexto escolar, ela precisa vivenciar situações que estimulem e despertem ainda mais a sua curiosidade, para que possa revelar as suas características, externar as suas dificuldades, os seus sentimentos, talentos e expressões próprias.

Há estudos que mostram que o ser humano compreende o mundo por meio da relação com os sons, com a escrita, com as imagens e expressões corporais, pois da mesma maneira que se aprende a ler palavras é possível fazer leituras dessas relações e desta forma compreender melhor o mundo em que se vive.

Estudando a Arte é possível fazer uma ressignificação da realidade, uma vez que, a troca de experiências que ocorre nas escolas mostra que cada pessoa compreende a mesma coisa de maneira diferente, construindo o próprio conhecimento.

Pode se dizer que o indivíduo que não possui um contato direto com a Arte, terá uma experiência de aprendizagem limitada, pois,

Escapa-lhe a dimensão do sonho, da força comunicativa dos objetos à sua volta, da sonoridade instigante da poesia, das criações musicais, das cores e formas, dos gestos e luzes que buscam o sentido da vida. Apenas um ensino criador pode favorecer a integração entre a aprendizagem racional e estética. (PCN'S de Artes 1997; p.39)

Quando o aluno participa da construção do conhecimento, sendo um processo continuo onde aprender é sempre uma descoberta que pode ser agregada ao seu ser, as aulas de Arte podem ajudar a desenvolver e a expressar suas escolhas.

AS ARTES E AS CRIANÇAS

Ao se falar em Arte, o primeiro pensamento que nos vêm à tona é enxergar folhas, desenhos, pinturas, mas precisamos enxergar além, como começar a dar valor ao Teatro, à Dança e à Música, como linguagens tão importantes para se trabalhar na Educação Infantil, quanto às linguagens visuais (desenhos, pinturas, obras, entre outros).

A variedade em Artes é ampla e deve ser desenvolvida desde a Educação Infantil. Para que possamos conhecer um pouco mais a respeito, esse artigo fará um breve histórico de cada Arte.

A arte teatral, provocadora dos sentidos, instigante para o pensamento e a ação, exalta uma característica peculiar humana: a possibilidade de expansão e redirecionamento do seu modo de ser, pensar e agir, ou seja, usar a liberdade para transformar a si e o seu meio. O entendimento do teatro como forma manifesta da criação e expressão humana enquanto indivíduo e ser genérico, que ocorre no âmbito social e histórico, possibilita ao homem nele reconhecer-se como também ver sua realidade e aquilo que a transcendeu, ou seja, a realidade transformada artisticamente (MARTINS, 2006).

As Artes devem proporcionar ao aluno a busca pela percepção e imaginação, tanto na forma de conhecer quanto por meio de suas ações em realizar atividades artísticas estabelecendo relações de intimidade com o corpo e com a noção de criatividade que é nata a todos os seres humanos.

A dança e o teatro agem como tarefa

de desenvolvimento corporal, reflexão e criatividade, fazendo com que o aluno desenvolva sua percepção sobre o mundo em que vive.

O corpo transmite nossa personalidade, nossa sexualidade, e sensibilidades que fazem de nós, seres autênticos e, portanto, únicos.

A dança e o Teatro como instrumentos educativos ainda não tem sido compreendidos em suas potencialidades para a formação educacional, cultural e histórica de crianças e jovens dentro do espaço escolar.

Ao dançar, a criança cria um desenho do seu corpo no espaço, produzindo o seu próprio espaço, denominado espaço do corpo. Esse fenômeno acontece também no teatro. Toda vez que existe investimento afetivo do corpo, existe o espaço do corpo.

De acordo com Gil (2004):

O corpo tem de se abrir ao espaço, tem de se tornar de certo modo espaço; e o espaço exterior tem de adquirir uma textura semelhante à do corpo a fim de que os gestos fluam tão facilmente como o movimento se propaga através dos músculos. O espaço do corpo, como espaço exterior, satisfaz esta exigência. O corpo move-se nele sem enfrentar os obstáculos do espaço objetivo estranho, com os seus objetos, a sua densidade, as suas orientações já fixadas, os seus pontos de referência próprios. (...) (GIL, 2004, p.50).

O espaço objetivo exterior é substituído pelo espaço do corpo, se tornando sem viscosidades, onde o interior e exterior são um só, portanto ao se trabalhar com o teatro e a dança o processo de ensino aprendizagem será significativo para a criança, por meio das linguagens artísticas.

Ao desenvolver atividades de expressão artística, não se pretende formar artistas, mas um ser espontâneo, vivo, dinâmico, capaz de exteriorizar seus pensamentos, sentimentos e sensações e de utilizar diversas formas de linguagem.

Devemos refletir sobre a arte na escola para além do desenho ou da pintura. Outras linguagens, como a dança e o teatro não podem ser sinônimos de festividade apenas. Elas são estratégias para que as crianças se apropriem do conhecimento de forma significativa, desenvolvendo a criatividade, a coletividade, o respeito, o autoconhecimento e contribuindo para a formação do ser sensível, crítico e reflexivo, que se expressa e se comunica.

Arte é uma gama altamente diversificada de atividades humanas envolvidas na criação de artefatos visuais, auditivos ou performados - obras de arte - que expressam a habilidade imaginativa ou técnica do autor e têm o objetivo de serem apreciados por sua beleza ou poder emocional.

vem do latim ars, significa habilidade. Sendo, então, a habilidade de desenvolver ações distintas e especializadas capazes de criar uma visão peculiar do mundo, associadas à imaginação e à percepção criativa. Esta, além de ser a fonte propulsora de criação e (re) criação do mundo, é por meio da qual, "mais do que qualquer outra coisa, que o indivíduo sente que a vida é digna de ser vivida" (WINNICOTT, 1975 Apud Maia, 2014, p.41)

As formas mais antigas de arte documentadas são as artes visuais, que incluem imagens ou objetos em áreas como pintura, escultura, gravura, fotografia e outras mídias visuais. A arquitetura é frequentemente incluída como uma das artes visuais; porém, como as artes decorativas, envolve a criação de objetos onde as considerações práticas de uso são essenciais, de uma forma que normalmente não o são em outra arte visual, como uma pintura.

A arte pode ser caracterizada em termos de mimese (sua representação da realidade), expressão, comunicação de emoção ou outras qualidades. Embora a definição do que constitui arte seja contestada e tenha mudado ao longo do tempo, as descrições gerais centram-se na ideia de habilidade imaginativa ou técnica decorrente da ação e criação humanas. Quando se trata de identificar visualmente uma obra de arte, não existe um único conjunto de valores ou traços estéticos. Uma pintura barroca não necessariamente compartilha muito com uma peça performática contemporânea, mas ambas são consideradas arte.

Maia, Goldemberg , Ribeiro (2014) afirmam que:

Em todas e em qualquer uma de suas manifestações, a arte é uma expressão de saberes, emoções, ideias e fatos transformados em símbolos que não precisam, necessariamente, gerar informações conceituais a quem observa. A arte é a personificação dos sentimentos humanos mediada pela razão e concretizada em uma forma musical, plástica, cênica entre outras. Antes e acima de tudo, arte é para ser sentida e não pensada. Pensar em arte tal como ela é seria criar uma barreira intransponível entre o sentimento provocado pela ilusão de um mundo que nos foi dado e transformado e a observação da realidade de um mundo que nos é imposto. A arte inspira uma sensação que podemos chamar de beleza, reproduz e reconstrói o real, dá forma às coisas, expressa emoções, causa estranhamento, suscita a experiência estética e produz formas simbólicas. (p.41)

Apesar da natureza aparentemente indefinível da arte, sempre existiram certas diretrizes formais para seu julgamento e análise estéticos. Formalismo é um conceito na teoria da arte em que o valor artístico de uma obra de arte é determinado somente por sua forma ou como é feita. O formalismo avalia as obras em um nível puramente visual, considerando os elementos médios e composicionais

em oposição a qualquer referência ao realismo, contexto ou conteúdo.

A arte é frequentemente examinada por meio da interação dos princípios e elementos da arte. Os princípios da arte incluem movimento, unidade, harmonia, variedade, equilíbrio, contraste, proporção e padrão. Os elementos incluem textura, forma, espaço, forma, cor, valor e linha. As várias interações entre os elementos e princípios da arte ajudam os artistas a organizar obras de arte sensorialmente agradáveis, ao mesmo tempo que fornecem aos espectadores uma estrutura para analisar e discutir ideias estéticas.

As artes visuais estão envolvidas em muitos métodos e materiais reprodutivos diferentes: fotografias, gráficos, tabelas, desenhos, objetos, filmes, páginas da web, bem como uma variedade de imagens digitalizadas de máquinas de raios-X ou ultrassom, scanners ou tomógrafos. Assim, trabalhar com expressões visuais continua de fato na maioria dos ambientes de pesquisa, seja em laboratórios médicos, em trabalhos de campo antropológicos, em museus de arte ou em observatórios astronômicos.

As questões éticas que surgem também diferem bastante: elas podem ter a ver com precisão e verificabilidade na representação de expressões visuais, ou os meios retóricos usados para apresentá-las, ou problemas associados ao uso de imagens em pesquisas envolvendo seres humanos, ou conservação e preservação, ou respeito pelos direitos e integridade da imagem relacionados à publicação.

De acordo com Biasoli (1999): "o conceito de Arte foi objeto de diferentes interpretações: Arte como técnica, como produção de materiais artísticos, como lazer, como liberação de impulsos, como expressão, como linguagem, como comunicação". (BIASOLI, 1999, p.90)

A ARTE VISUAL

O aprendizado da arte visual depende de um sistema complexo de funções perceptivas, cognitivas e motoras, sugerindo, assim, um substrato neural compartilhado e um forte potencial de transferência inter-cognitiva no aprendizado e na criatividade. Em apenas algumas semanas, por exemplo, os bebês humanos podem imitar e agir como enfiar a língua em resposta a alguém enfiar a língua para eles - como a criança sabe exatamente o que a ação motora planeja implementar com base apenas em informações visuais? Os neurônios-espelho podem explicar essa capacidade, traduzindo a entrada visual na saída motora, subjacente a uma conexão entre artes visuais e movimento, e as artes auditivas e música. Desde os tempos pré-históricos, a arte visual tem sido uma forma de comunicação profundamente impressa na natureza humana; o ato de experimentar arte e apreciação estética no "receptor" também tem o poder de um efeito cognitivo cruzado a qualquer momento durante o desenvolvimento individual.

Pode-se esperar que a experiência com as artes visuais produza efeitos facilitadores semelhantes através do aprendizado de estilos artísticos.

A Arte possui diversas formas de interpretações e maneiras para expressar seus conteúdos aos indivíduos, pois os envolvem de um modo sincero que os ajudam a expressar seus sentimentos e emoções. Em sua aplicação no contexto escolar a Arte deve abranger as suas quatros linguagens a dança, as artes visuais, teatro e música. Segundo os PCN'S (1998, p. 47):

Espera-se que os alunos, progressivamente adquiram competências de sensibilidade e de cognição em Artes Visuais, Dança, Música e Teatro diante da sua produção de arte e no contato com o patrimônio artístico, exercitando sua cidadania cultural com qualidade.

As tentativas de delinear ou identificar o papel da arte são múltiplas, pois as funções atribuídas à arte ao longo do tempo são mais diversas: a arte transmite realidades; a arte transmite sentimentos; a arte transmite pontos de vista; considerando a obra de arte como um objeto em si; a arte tem um significado se for colocada em um contexto específico; arte com uma função decorativoornamental; arte como ornamento para indicar status social, a função de inspirar fé e crescimento cultural; a função de determinar uma nova perspectiva, uma nova maneira de encarar a realidade; a função mágica; a função de glorificação; a capacidade de registrar eventos históricos; a capacidade de determinar o design de alguns objetos funcionais; a função ilustrativa; definir e ilustrar a beleza; a capacidade de definir e refletir o tempo presente e a cultura do espaço onde é conduzido; a função de redefinir a arte; a capacidade de expressar e explorar sentimentos e ideias, sejam eles positivos ou negativos; a arte representa as aspirações do artista que a cria; a arte fornece um fórum de ideias para interagir; a arte é uma fonte de emprego e geração de renda.

Usar a arte como veículo de expressão é enriquecedor, porque as pessoas podem usá-la como uma ferramenta de comunicação. Diferentes tipos de arte podem revelar os pensamentos, sentimentos e interesses das pessoas.

BENEFÍCIOS DAS ARTES

Atividades como pintar, esculpir, desenhar e fotografar são hobbies relaxantes e recompensadores que podem diminuir o nível de estresse e deixar você sentir-se mentalmente claro e calmo.

Criar arte fornece uma distração, dando ao seu cérebro uma ruptura com seus pensamentos habituais.

A Arte deve promover o crescimento do

desenvolvimento holístico de bebês, crianças pequenas e jovens, estimulando seu aprendizado e apreciação estética em um ambiente artístico de brincadeira livre com apoio orientado, se necessário, usando atividades culturalmente apropriadas que captem e mantenham seu interesse.

Essencialmente, a Arte deve ser um assunto excitante, relaxante e agradável, onde as crianças possam desenvolver, aprender e crescer em seu potencial artístico.

Sempre que você se envolve em qualquer tipo de atividade nova, seu cérebro começa a trabalhar para criar conexões entre todas as suas diferentes células cerebrais. Em termos de criação de arte, isso ajuda a estimular todo tipo de conexões entre várias partes do seu próprio cérebro.

A educação artística oferece oportunidades artísticas para bebês, crianças pequenas e crianças pequenas que estimulam a aprendizagem, ao mesmo tempo em que contribuem e promovem seu desenvolvimento holístico.

O desenvolvimento da linguagem também pode ser explorado e estimulado na participação nas artes visuais através de professores envolvendo uma criança individual, incentivando o uso e explorando o novo vocabulário relacionado à sua arte em discussão, proporcionando-lhes uma maneira de usar a linguagem de forma significativa.

A educação artística desempenha um papel cada vez mais importante na primeira infância, e o propósito da educação artística não é apenas estimular o desenvolvimento geral, mas também proporcionar oportunidades adequadas e adequadas ao desenvolvimento que continuarão impulsionando o desenvolvimento e o aprendizado holísticos de uma criança. Com base no conceito de jogo de artes, é importante permitir que bebês, crianças pequenas e crianças pequenas desfrutem da liberdade e do prazer irrestrito de experimentar e explorar as artes.

Quando as crianças pequenas participam de oportunidades de arte que permitem a liberdade, a experimentação e a exploração em um ambiente sem falhas, elas não ficam entediadas, estressadas ou passivas à medida que a atmosfera é relaxada e permite criatividade e liberdade de expressão.

O PROCESSO DA AVALIAÇÃO NAS AULAS DE ARTES

O processo de avaliação é sobre as decisões que os alunos tomam quando criam. Não pode ser avaliada a menos que os alunos tomem decisões artísticas de forma independente. Planeje uma lição que incorpore pelo menos um nível moderado de escolha do aluno nas áreas de mídia, processo ou interpretação.

Outra obrigação é o desenvolvimento de uma meta de aprendizado que capture o que os alunos devem poder fazer na área que você está avaliando. Como todas as metas de aprendizado, isso deve ser específico para a idade e o nível de habilidade de seus alunos.

Quais são algumas maneiras pelas quais você prevê que os alunos demonstrem os comportamentos que selecionou para avaliar? O que você poderá ver na obra de arte deles? Que perguntas você pode fazer enquanto trabalham que ajudarão a tornar seu pensamento visível?

Use suas respostas para essas perguntas como um guia para explicar quais evidências de aprendizado você está procurando. Tenha uma cópia da lista que você desenvolveu pronta para usar durante a avaliação. Depois, à medida que os alunos criam, observam e fazem perguntas para avaliar, observando em sua lista de verificação quando os alunos atingem seus objetivos.

O conteúdo da sua lista de verificação dependerá da faixa etária que você ensina, do objetivo de aprendizado que você cria e da lição que apoia suas instruções. Não há "caminho certo" para fazer isso.

Encontrar tempo para conversar e observar cada aluno pode parecer um grande desafio. O pré-planejamento é essencial. Outra dica útil é observar durante alguns períodos de aula. Os dias em que você planeja observar podem ser agrupados como parte de uma unidade sobre processo ou intercalados ao longo do ano. Além disso, o tipo de lição que você planeja desempenha um papel importante em quanto tempo você tem para avaliar. Se você escolher uma mídia familiar e passar alguns minutos no início da aula discutindo um desenho, poderá voltar atrás e deixar as crianças trabalharem independentemente. À medida que você circula, você deve ter muito tempo para observar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ler e conhecer a função da arte na educação propicia um enriquecimento, fazendo com que se entenda a contribuição e a importância da mesma na vida das pessoas em geral, seja crianças, jovens, adultos ou idosos. A arte favorece o contato das pessoas com a própria cultura e também com outras culturas.

Neste artigo percebeu-se que o desenho enquanto arte-educação é uma ferramenta para aquisição do conhecimento, e, que a depender da orientação tornase algo de fundamental relevância para a criança no início da sua vida escolar. O estudo a respeito da arte-educação deixa claro que ele tem grande importância para o desenvolvimento da criança, mas a sua prática acaba não se concretizando devido a fatores como: falta de capacitação dos professores para o ensino da arteeducação, a imposição do currículo, o qual é constantemente mudado no percorrer da história das artes, e a cada mudança ocorre uma readaptação, a qual não contempla amplamente a arte educa-